



PERCEPÇÃO DISCENTE E DOCENTE SOBRE OS SUBSÍDIOS OFERTADOS PELAS DISCIPLINAS DA ÁREA DE PRÁTICAS CORPORAIS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA Uefs À FUTURA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

*STUDENTS AND TEACHERS PERCEPTIONS ABOUT THE SUBSIDIES OFFERED
BY THE DISCIPLINES IN THE BODY PRACTICES AREA OF THE PHYSICAL
EDUCATION COURSE AT THE UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE
SANTANA FOR THE FUTURE TEACHING PROCESS IN BASIC EDUCATION*

Lívia do Nascimento Xavier. Professora de Educação Física.
Licenciada em Educação Física pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).
vivasimplimente@hotmail.com

Cláudio Lucena de Souza. Professor do Departamento de Saúde da Universidade Estadual
de Feira de Santana (UEFS).
Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
clsouza@uefs.br

Fábio Santana Nunes. Professor do Departamento de Saúde da Universidade Estadual de
Feira de Santana (UEFS).
Doutor em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
fsnunes@uefs.br

RESUMO

Neste estudo, objetivamos identificar e analisar a percepção dos discentes e docentes do curso de Educação Física da Uefs sobre os subsídios oferecidos pelos componentes curriculares da Área de Práticas Corporais para o trato pedagógico

ABSTRACT

In this study, we aimed to identify and analyze the perception of students and teachers of the Physical Education course at the Universidade Estadual de Feira de Santana about the subsidies offered by the curricular components

desses conhecimentos na Educação Básica, nas aulas de Educação Física. Tratou-se de um Estudo de Caso (Gil, 2014), que realizou a análise documental do Projeto Pedagógico do Curso (2018), assim como de dois questionários semiestruturados (Marconi; Lakatos, 2010), por meio da plataforma *Google forms*, um aplicado a professores e outro aplicado a estudantes. Constatamos que, apesar de os planos de ensino contemplarem aspectos formativos importantes, algumas restrições consideradas relevantes na formação decorrente das disciplinas da área de Práticas Corporais têm permitido a percepção de que parte dos estudantes não está apta a ensinar tais práticas no âmbito escolar.

Palavras-chave: educação física escolar; componentes curriculares; Área de Práticas Corporais; formação de professores.

of the Body Practices area for the pedagogical treatment of this knowledge in Physical Education classes in the Basic Education system. This was a Case Study (Gil, 2014), which carried out the documentary analysis of the Course's Pedagogical Project (2018), as well as two semi-structured questionnaires (Marconi; Lakatos, 2010), through the Google Forms platform, one applied to teachers and the other applied to students. We found that, although the teaching plans contemplate important formative aspects, some restrictions considered relevant in the formation process resulting from the disciplines of the Body Practices area have allowed the perception that some students are not able to teach such practices in the school environment.

Keywords: school physical education; curricular components; Body Practices area; teacher formation.

1 INTRODUÇÃO

A formação inicial em qualquer profissão busca oferecer condições básicas para o futuro profissional exercer o seu trabalho em campos específicos de atuação, com objetos de estudo próprios. No caso da Educação Física, esse objeto de estudo e campo de atuação foram se modificando ao longo do tempo para atender a diferentes interesses e percepções sobre sua função social na escola.

Darido (2003) sintetiza o percurso histórico dessas modificações, que influenciaram a formação profissional. Segundo a autora, inicialmente, a inclusão da Educação Física no contexto escolar teve preocupações médicas, a partir de uma perspectiva eugênica e higiênica que tinha como função principal o desenvolvimento das capacidades físicas dos indivíduos através da prática de exercícios físicos.

Essa vertente tecnicista, biologicista e esportivista do modelo tradicional de Educação Física Escolar passou a ser muito criticada a partir da década de 1980, por não apresentar, sobretudo, aspectos pedagógicos típicos de qualquer componente

curricular escolar. E essas críticas culminaram na elaboração de diversas abordagens pedagógicas que, sob vertentes psicológicas, biológicas e sociais, acabaram, em certa medida, subsidiando documentos propositivos para outra organização curricular da Educação Física na educação básica e também as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN, Brasil, 2018) para seus cursos de formação inicial.

Dentre as abordagens pedagógicas supramencionadas, destacamos aspectos importantes advindos, sobretudo, das abordagens consideradas críticas e pós-críticas, como: a compreensão dos determinantes históricos e socioculturais das Práticas Corporais produzidas pelas diferentes sociedades; o reconhecimento de que os sujeitos da aprendizagem chegam à escola como produtores de cultura corporal e produzidos por essa cultura, a partir de sua condição de classe, gênero, pertencimento étnico, etc.; a compreensão das especificidades da escola como um espaço educativo onde essas Práticas Corporais podem ser vivenciadas e aprendidas e, portanto, outra compreensão sobre o papel da Educação Física nesse ambiente educativo; e, por fim, o reconhecimento de que o objeto de estudo da área vai além da ginástica e do esporte, passando a incluir também o jogo, a dança e a luta (Vago, 2009).

Em relação à formação do professor para atender a essas novas perspectivas da área na escola básica, já se consolidou na legislação que essa formação deveria ser realizada através de cursos do ensino superior, levando em conta as DCN que foram estabelecendo, ao longo dos anos, a estrutura curricular necessária para formar esses profissionais, os quais, segundo prevê a legislação atual, devem cursar a licenciatura.

Preocupados em identificar a percepção de docentes e discentes sobre quais subsídios os cursos de Licenciatura em Educação Física oferecem para garantir a formação de um professor que atenda às novas perspectivas citadas acima, nossa pesquisa buscou investigar a parte mais específica desta formação nos cursos de licenciatura, isto é, o núcleo que concentra os componentes curriculares relativos às Práticas Corporais, tendo como objeto específico de pesquisa a investigação desse núcleo no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Essa preocupação se dá pelo fato de que já há algum tempo temos identificado uma dificuldade apresentada pelos estudantes do Curso em relação aos saberes práticos referentes às Práticas Corporais que terão de ensinar na Educação Física

Escolar quando se tornarem professores. Os estudantes alegam que não tiveram a oportunidade de se apropriarem adequadamente dessas Práticas Corporais durante o período em que cursaram a educação básica, seja pela limitação ou pela superficialidade da forma como foram tratadas pedagogicamente nas aulas de Educação Física, inclusive pela omissão de algumas dessas práticas, como é o caso da dança, da luta e da ginástica, por exemplo.

Há, portanto, uma percepção do comprometimento da formação do futuro professor de Educação Física por parte dos estudantes, pois, nos componentes curriculares da área de Práticas Corporais, não há tempo suficiente para retomar esses saberes práticos negligenciados durante a educação básica. Assim, fica complicado para os discentes darem conta de atenderem o previsto nas ementas desses componentes curriculares, que têm relação com a compreensão de cada prática corporal, sua complexidade e contribuição ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos da escola básica, bem como as formas adequadas para seu trato pedagógico no ambiente educativo formal e a análise das propostas de sistematização das Práticas Corporais para os diferentes ciclos de escolarização, etc.

Diante disso, este artigo objetivou identificar e analisar a percepção dos discentes e docentes do curso de Educação Física da UEFS sobre os subsídios ofertados pelas disciplinas da Área de Práticas Corporais para o trato pedagógico dessas práticas nas aulas deste componente curricular na Educação Básica.

2 METODOLOGIA

Em relação à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, nos termos de Minayo (2007); relativo aos objetivos, é uma pesquisa descritiva (Gil, 2014); e em relação aos procedimentos técnicos adotados, é um Estudo de Caso (Gil, 2014) associado à análise documental.

O caso estudado foi o dos componentes curriculares obrigatórios da Área de Práticas Corporais do curso de Licenciatura em Educação Física da UEFS, do currículo 528.

Como técnicas de coleta de informações, utilizou-se a análise documental do PPC 2018 do referido curso, notadamente a parte relativa à área de conhecimento já

mencionada, assim como dois questionários semiestruturados (Marconi; Lakatos, 2010), utilizando a plataforma *Google forms*, um aplicado a professores e outro aplicado a estudantes do currículo 528, a partir dos seguintes critérios de inclusão: professores alocados na área de Práticas Corporais no momento da pesquisa ou que já tivessem ministrado alguma disciplina dessa área até o semestre 2019.1; estudantes que já tivessem cursado todos os componentes curriculares da área de conhecimento, ou, pelo menos, uma parte significativa desses componentes.

A amostra de participantes foi definida a partir do critério de saturação teórica (Denzin; Lincoln, 1994, citados por Fontanella; Ricas; Turato, 2008), tendo sido selecionados 20 (vinte) estudantes e 4 (quatro) professores. Dos estudantes selecionados, 12 (doze) já haviam cursado todas as disciplinas da área de Práticas Corporais e 8 (oito) haviam cursado a maioria das disciplinas, mas não todas. E, dos 8 (oito) alunos, 4 (quatro) não haviam cursado a disciplina Metodologia do Ensino do Jogo; 2 (dois) não haviam cursado Metodologia do Ensino da Dança; 2 (dois) não haviam cursado Metodologia do Ensino do Esporte I; e 2 (dois) não haviam cursado Metodologia do Esporte II. Entre dos entrevistados, 11 (onze) alunos, até a entrevista, não haviam cursado a disciplina Metodologia do Ensino das Lutas, que fazia parte do leque de disciplinas optativas do curso¹.

Para garantir o atendimento dos critérios éticos da pesquisa, seguiu-se o previsto na Resolução 510/2016 (Brasil, 2016), apresentando os respectivos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos dois grupos de participantes da pesquisa e atribuindo códigos (letras do alfabeto) aos que assinaram o termo, para lhes garantir o sigilo de identidade. Os TCLE foram enviados aos dois grupos de participantes junto com os respectivos questionários, que foram respondidos pelos professores e estudantes que concordaram em participar da pesquisa.

3 AS PRÁTICAS CORPORAIS E SEUS CONCEITOS

Antes de mais nada, queremos apresentar brevemente o conceito de Práticas Corporais (PC) que guiou nossa pesquisa, para facilitar a compreensão sobre a

¹ Com a implantação de novo currículo, a partir do semestre letivo 2019.2, Metodologia das Lutas passou a ser uma disciplina obrigatória.

análise dos dados obtidos. As PC se constituem em um termo utilizado na Educação Física com distintas interpretações. Parte dessas compreensões das PC se dá pelo fato de ser um termo bastante utilizado nas pesquisas acadêmicas e em documentos oficiais. “Ao analisarmos o termo com maior cautela, identificamos seu uso com diferentes significados/sentidos, os quais se remetem a distintos referentes ou significados” (Lazzarotti Filho *et al.*, 2010, p.13).

No que se refere à Educação, nas publicações encontradas, nota-se que o termo é bastante utilizado nas pesquisas da área de Educação Física. Sobre os achados, Lazzarotti Filho (*et al.*, 2010) pontuam a necessidade de uma maior busca na literatura, levando em conta a relação entre a Educação Física, seus conceitos e práticas, e aquelas conceituações provenientes da Educação.

De modo abrangente, nota-se que a terminologia “Práticas Corporais” se apresenta na maioria dos estudos como expressão indicativa de “[...] diferentes formas de atividade corporal ou de manifestações culturais, tais como: atividades motoras, de lazer, ginástica, esporte, artes, recreação, exercícios, dietas, cirurgias cosméticas, dança, jogos, lutas, capoeira e circo” (Lazzarotti Filho *et al.*, 2010, p. 24).

4 PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO CURRICULAR DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PAÍS: NOTAS PRELIMINARES

Identificar o processo de constituição curricular e suas mudanças é importante para compreender depois a estrutura do curso de Licenciatura em Educação Física da UEFS, alvo desta pesquisa, sobretudo no que se refere à organização dos componentes da Área de Práticas Corporais e à análise dos subsídios desses componentes curriculares à prática pedagógica dos futuros professores na educação básica, sob a ótica de professores e estudantes do Curso.

Antes, porém, apresentamos dois conceitos sobre currículo que registram o entendimento que temos ao apresentar as diferentes propostas curriculares, considerando o fato de que todas elas tenham sido influenciadas pelos contextos sociais, culturais e políticos de cada momento, como dito a seguir:

O currículo é considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua
Revista inCORPORACÃO, V.2, nº 02, 2024, Feira de Santana, p. 01-32.
<http://periodicos.uefs.br/index.php/incorporacao/index>

história, de sua produção contextual. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. Ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (Moreira; Silva, 1995, p. 18 *apud* Espírito Santo *et al.*, 2012, p. 19).

Portanto, um elemento importante a ser levado em conta é o entendimento de que as organizações curriculares trazem em sua base a visão de mundo dos seus organizadores, assim como sua visão de Educação Física e, portanto, dos conteúdos, objetivos, métodos de ensino e avaliação para o ambiente escolar, como reforçam Sacristán e Gomes (2000, *apud* Espírito Santo *et al.*, 2012, p. 21).

O currículo não pode ser entendido à margem do contexto no qual se configura e tampouco independentemente das condições em que se desenvolve, é um objeto social e histórico e sua peculiaridade dentro de um sistema educativo é um importante traço substancial. Estudos academicistas ou discussões teóricas que não incorporem o contexto real no qual se configura e desenvolve, levam à incompreensão da própria realidade que se quer explicar.

Dito isto, como nossa pesquisa busca compreender a contribuição da área de Práticas Corporais de um curso de Licenciatura em Educação Física para a formação dos futuros professores, optamos por focar mais na apresentação e análise das diretrizes curriculares previstas para essa habilitação, dando destaque aos aspectos que achamos importantes para compreender que os princípios definidos nas diretrizes podem ter relação com a forma como as Práticas Corporais devem ser organizadas nesses Cursos.

Optamos por iniciar apresentando a Resolução 01 de 2002 (Brasil, 2002a), que instituiu as DCN para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. A partir dessas diretrizes foram melhor definidas as especificidades da formação de professores, as quais impactam sobremaneira a estruturação curricular dos cursos de licenciatura em Educação Física, por requererem aspectos formativos antes negligenciados.

Nesse sentido, destacamos alguns pontos da diretriz supracitada, como por exemplo, quando em seu artigo 6º define que devem ser consideradas, na elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, as “[...] competências referentes à compreensão do papel social da escola, [...] as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico [e] as competências referentes ao conhecimento de

processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica” (Brasil, 2002a, p. 3).

Essa definição propõe à formação de professores de EF uma discussão sobre as características e especificidade da escola, para que, assim, ao ensinarem as Práticas Corporais, cumpra o seu papel, os objetivos propostos, assim como os outros conhecimentos dentro da escola. Destacamos também a sugestão de aquisição de competências relacionadas aos processos investigativos, pois delas vão depender a análise sobre a própria prática docente e as necessárias correções e atualizações na forma como tratar pedagogicamente as Práticas Corporais naquele ambiente.

Outro ponto importante apontado nas DCN é o fato de ampliarem os conhecimentos que se exigem do futuro professor, além dos conhecimentos técnicos, quando definem que eles devem contemplar os conhecimentos da

[...] cultura geral e profissional [...] sobre crianças adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas, [...] sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação, [sobre os] conteúdos das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino, [sobre o] conhecimento pedagógico [e sobre o] conhecimento advindo da experiência (Brasil, MEC, 2002a, p. 3).

Por fim, destacamos também como aspectos importantes da Diretriz 01 de 2002, a definição de que os critérios para a organização da matriz curricular, a definição dos tempos e dos espaços curriculares deverão ser organizadas nos seguintes eixos:

I - eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional; II - eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional; III - eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade; IV - eixo articulador da formação comum com a formação específica; V - eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa; VI - eixo articulador das dimensões teóricas e práticas (Brasil, 2002a, p. 5).

A partir desses eixos, podemos deduzir que não há mais espaço para a antiga estrutura curricular que previa a organização dividida dos componentes que tratam das Práticas Corporais, e que abordava poucas relações interdisciplinares, quase que só tratando do universo específico de cada prática, pois essa parte da diretriz aponta

para a necessidade de articulação entre os diferentes conhecimentos da formação do professor.

Neste mesmo ano de 2002, também foi elaborada a Resolução nº 02 (Brasil, 2002b) que instituiu a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Dela destacamos a caracterização da licenciatura como graduação plena, com aumento da carga horária dos cursos para 2800 horas, garantida a articulação entre teoria e prática; a incorporação de mais um eixo de formação, as Práticas como Componentes Curriculares, com 400 horas distribuídas ao longo do curso; assim como a reestruturação dos Estágios Curriculares Supervisionados, que deixaram de ser um componente isolado, desarticulado dos demais eixos da formação, de pequena carga horária e presente apenas ao final dos cursos, para ser um componente com 400 horas distribuídas já a partir da segunda metade do tempo de curso.

Essa reestruturação curricular prevista na Diretriz aponta para uma maior preocupação com a ampliação de espaços para a formação da identidade docente, como é o caso das Práticas Como Componentes Curriculares, que, junto com o aumento da carga horária e redefinição do lugar dos estágios na matriz curricular, oportunizaram mais tempo de contato do futuro professor com as escolas de educação básica. E, portanto, maior possibilidade de reconhecimento sobre a forma como as Práticas Corporais são desenvolvidas pelos professores, o que, provavelmente, provocou discussões e reflexões sobre como a área responsável pela formação para atuar com essas práticas teve que se estruturar para dar conta de superar os problemas observados.

Dois anos após a aprovação dessas diretrizes específicas para as licenciaturas, foi aprovada a Resolução que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, como também apresenta orientações específicas para os cursos de licenciatura plena na área (Brasil, 2004). Um dos primeiros destaques que notamos nessa Resolução é a consolidação, de certa forma, do objeto de estudo da Educação Física, que acompanhando as produções teóricas sobre o tema, amplia-se, acrescentando-se ao esporte e à ginástica, o jogo, a dança e a luta, como previsto em seu artigo 3º.

No artigo 4º, chamamos a atenção para a consolidação da necessidade de ampliação da formação técnica prevista nas resoluções anteriores, pois define que os

cursos deverão “[...] assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética” (Brasil, 2004, p. 1). Essa ampliação é confirmada no § 1º do artigo 7º da Resolução, ao estabelecer que, além da dimensão biológica do corpo humano, propõe-se que a formação deva abranger as dimensões sobre a relação ser humano e sociedade e de produção do conhecimento científico e tecnológico na parte chamada de formação ampliada, e dos conhecimentos culturais do movimento humano, além do técnico-instrumental e didático-pedagógico na parte da chamada formação específica.

Assim, os profissionais em espaço educativo têm a responsabilidade de conduzir qualquer prática corporal de acordo com os aspectos que relacionem a mesma com a sociedade que a produziu. O professor precisa dominar conhecimentos que possibilitem o ensino dessa prática aos diferentes sujeitos das distintas séries e/ou ciclos da educação básica, e novamente se reforça a necessidade de apropriação do conhecimento científico para que consiga analisar sua própria prática e atualizá-la, quando for necessário.

No § 2º deste mesmo artigo 4º, a Resolução estabelece que o professor de licenciatura em Educação Física “[...] deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação, bem como as orientações específicas para esta formação tratadas nesta Resolução” (Brasil, 2004, p. 1). Aqui se reforça a necessidade de os cursos de licenciatura se basearem nas resoluções 01 e 02/2002 e na 07 de 2004, pois, nas primeiras estão estabelecidos os princípios e critérios de organização curricular e na última os conhecimentos da formação específica da Educação Física.

Em seu artigo 6º, a Resolução 07/2004 apresenta as competências necessárias à formação do graduado em Educação Física. Dentre elas, destacamos a de dominar “[...] os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática” (Brasil, 2004, p. 2). Aqui podemos notar a preocupação em superar a forma tradicional que era voltada ao dar conta do saber fazer, isto é, da dimensão procedimental do conhecimento que estava sendo ensinado, passando a sugerir a incorporação das

dimensões conceitual e atitudinal sobre esse conhecimento. Assim se reconhece que todo conhecimento está ligado a uma sociedade específica em determinado tempo específico, além de possibilitar o desenvolvimento de valores que fazem parte dessa sociedade.

Em 2015, foram definidas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores para a educação básica (Brasil, 2015). Nela destacamos inicialmente que foi considerada a necessidade de articulação entre essas diretrizes e as DCN para a educação básica, além de ter deixado claro o que se entendia por docência e currículo, conforme o que consta abaixo:

[...] docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo;

[...] currículo como o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho (Brasil, 2015, p. 2).

Para a discussão de nossa pesquisa, chamamos a atenção para duas questões: a da intencionalidade metodológica do processo pedagógico da docência; e a da compreensão de currículo atrelado a valores que produzem e socializam significados que contribuem para a construção da identidade sociocultural dos alunos. As duas questões nos levam à reflexão sobre o papel do professor de Educação Física no trato pedagógico-metodológico das Práticas Corporais, cuja intencionalidade da ação caracteriza a docência. Como também conduzem à ideia da importância do acesso às Práticas Corporais como elementos que precisam contribuir com a construção da identidade sociocultural mencionada, portanto, não sendo possível imaginar que algumas dessas práticas não venham a ser oferecidas aos alunos.

Outro destaque desta Resolução 02/2015 é o aumento da carga horária e do tempo de duração dos cursos de licenciatura, que passam a contar com, no mínimo, 3220 horas e 4 anos, além da manutenção da estrutura das Práticas como Componentes Curriculares, com suas 400 horas desde o início do curso, e do estágio curricular supervisionado, com 400 horas desde a segunda metade do curso.

E, como documento final a ser apresentado, citamos a Resolução 06 de 2018 (Brasil, 2018), que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências, que está em vigência atualmente. Nessa Resolução, destacamos o aumento da carga horária dos cursos para 3200 horas, o reforço do entendimento sobre o exercício físico, a ginástica, o jogo, o esporte, as lutas e a dança como objetos de estudo da Educação Física, compondo o que a Resolução chama de motricidade humana, movimento humano ou cultura do movimento corporal. Destacamos a adoção do termo “motricidade”, que significa uma percepção sobre a intencionalidade do movimento, assim como a utilização do termo “cultura” atrelado a “movimento”, o que reforça a compreensão dos aspectos sociais e históricos das produções corporais humanas e, portanto, da consideração desses aspectos no processo de ensino das Práticas Corporais.

Talvez a grande diferença dessa Resolução em relação às anteriores seja o fato de ela indicar uma entrada única e a definição pela licenciatura ou bacharelado só após um certo tempo de curso. Após anos de discussões sobre a necessidade de cursos diferenciados para a formação profissional para atuarem nos ambientes escolares e não escolares, em seu artigo 5º, afirma que “[...] dada a necessária articulação entre conhecimentos, habilidades, sensibilidade e atitudes requeridas do egresso para o futuro exercício profissional, a formação do graduado em Educação Física terá ingresso único, destinado tanto ao bacharelado quanto à licenciatura [...]” (Brasil, 2018, p. 1). Em seguida, esclarece que essa formação será dividida em duas etapas, descritas assim:

- I - Etapa Comum - Núcleo de estudos da formação geral, identificador da área de Educação Física, a ser desenvolvido em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, comum a ambas as formações.
 - II - Etapa Específica - Formação específica a ser desenvolvida em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, na qual os graduandos terão acesso a conhecimentos específicos das opções em bacharelado ou licenciatura.
- § 1º No início do 4º (quarto) semestre, a Instituição de Educação Superior deverá realizar uma consulta oficial, por escrito, a todos os graduandos a respeito da escolha da formação que pretendem seguir na Etapa Específica - bacharelado ou licenciatura - com vistas à obtenção do respectivo diploma, ou, ao final do 4º (quarto) semestre, definir sua escolha mediante critérios pré-estabelecidos (Brasil, 2018, p. 1-2).

Ao detalhar as etapas comum e específica, a Resolução 06/2018 estabelece em seu artigo 6º que, na comum, serão contemplados os seguintes conhecimentos:

I - Conhecimentos biológicos, psicológicos e socioculturais do ser humano (a exemplo do fisiológico, biomecânico, anatômico-funcional, bioquímico, genético, psicológico, antropológico, histórico, social, cultural e outros), enfatizando a aplicação à Educação Física;

II - Conhecimentos das dimensões e implicações biológicas, psicológicas e socioculturais da motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física (a exemplo de fisiologia do exercício, biomecânica do esporte, aprendizagem e controle motor, psicologia do esporte e outros);

III - Conhecimento instrumental e tecnológico (a exemplo de técnicas de estudo e pesquisa - tipos de conhecimento, técnicas de planejamento e desenvolvimento de um trabalho acadêmico, técnicas de levantamento bibliográfico, técnicas de leitura e de documentação; informática instrumental - planilha de cálculo, banco de dados; técnicas de comunicação e expressão leiga e científica e outros), enfatizando a aplicação à Educação Física;

IV - Conhecimentos procedimentais e éticos da intervenção profissional em Educação Física, a exemplo de código de ética, diagnóstico e avaliação, estratificação de risco, variáveis de prescrição do exercício, meio ambiente e sustentabilidade, diversidade cultural, diferenças individuais e outros (Brasil, 2018, p. 2).

Pode-se notar a manutenção da lógica dos conhecimentos definidos em resoluções anteriores, como, por exemplo, na 07/2004, quando aponta os conhecimentos básicos para as duas habilitações. Sobre os conhecimentos específicos para a formação do licenciado em Educação Física, a Resolução 06/2018 estabelece em seu artigo 15º que “[...] respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, devem garantir uma formação profissional adequada aos seguintes conteúdos programáticos” (Brasil, 2018, p. 5):

- a) Política e Organização do Ensino Básico;
- b) Introdução à Educação;
- c) Introdução à Educação Física Escolar;
- d) Didática e metodologia de ensino da Educação Física Escolar;
- e) Desenvolvimento curricular em Educação Física Escolar;
- f) Educação Física na Educação Infantil;
- g) Educação Física no Ensino Fundamental;
- h) Educação Física no Ensino Médio;
- i) Educação Física Escolar Especial/Inclusiva;
- j) Educação Física na Educação de Jovens e Adultos; e
- k) Educação Física Escolar em ambientes não urbanos e em comunidades e agrupamentos étnicos distintos (Brasil, 2018, p. 5).

Por fim, queremos destacar dessa Resolução a definição, em seu artigo 9º, do objeto de estudo da Educação Física como sendo a “[...] motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física nas suas diversas manifestações (jogo, esporte, exercício, ginástica, lutas e dança), no âmbito

do Ensino Básico” (Brasil, 2018, p. 4), consolidando-se o objeto previsto nas últimas resoluções.

O esporte, a ginástica, o jogo, a dança e a luta já são disciplinas da maioria dos currículos de licenciatura em Educação Física no país. Mas, infelizmente, a produção de conhecimento parece não ter sido capaz ainda de garantir o acesso dos alunos das escolas de educação básica a essas Práticas Corporais.

5 FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA UEFS E A ESTRUTURA DA ÁREA DE PRÁTICAS CORPORAIS

O curso de Licenciatura em Educação Física da UEFS, em seu projeto original, datado de 1996, foi implantado em 1997, passando por algumas reformulações curriculares até o momento atual. Segundo o PPP (UEFS, 1996), o curso tinha sua matriz curricular de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Educação Nº 03 de 16 de junho de 1987 (Brasil, 1987), tendo influência da carta de Belo Horizonte, que trouxe para os cursos de Educação Física uma concepção, na época, de formar um profissional que estivesse aberto ao processo de transformação social. Sua implantação buscou dar conta de uma necessidade de formar profissionais para atender às escolas de educação básica e outros espaços, os quais, segundo dados da DIREC 02, a comunidade de Feira de Santana disponibilizava bastantes propostas de trabalho.

Por estar vinculado ao Departamento de Saúde da UEFS e por não haver nenhuma restrição à atuação profissional do licenciado em Educação Física nos ambientes não escolares, o currículo inicial do Curso foi elaborado com vistas a formar profissionais para atuarem nas escolas de ensino fundamental e médio, Academias, Instituições Universitárias e em outros campos de trabalho em expansão, tais como Lazer, Saúde, Comunicação e Esporte Competitivo, articulando assim a formação universitária com os campos de trabalho em que atua o professor de Educação Física (UEFS, 2018, p. 37).

Sua matriz era composta de 43 (quarenta e três) disciplinas, divididas entre os conhecimentos das áreas das ciências biológicas e naturais, das ciências humanas, dos conhecimentos didático-pedagógicos e dos conhecimentos específicos. Apesar de apresentar conhecimento em várias áreas, o currículo tinha a base ainda muito

forte na concepção de Educação Física esportivizante, como se constata no PPP (UEFS, 2018, p. 38):

Embora fosse um currículo que contemplasse várias áreas disciplinares do conhecimento humano e da cultura, apresentava resquícios de uma concepção de Educação Física esportivizante, desarticulada com a pesquisa e com uma restrita dimensão pedagógica, características de cursos que os principais debates espalhados pelo Brasil sobre a formação profissional buscavam superar.

Para reforçar o entendimento acima, podemos notar como outros componentes desse mesmo bloco curricular continham características esportivizadas, como é o caso da ginástica, com a presença da Ginástica Rítmica e Desportiva, ou mesmo das optativas oferecidas, como Basquetebol II, Voleibol II, Ginástica Olímpica. Outro aspecto que destaca o esporte como eixo central da formação no curso em seu início é a presença de disciplinas como Administração e Organização Esportiva, Legislação e Ética Esportiva, Treinamento Esportivo e a optativa Psicologia do Esporte.

As demais Práticas Corporais não constavam do currículo, ou apenas apareciam de forma isolada, como é o caso das lutas, que se restringiam ao oferecimento da disciplina Karatê, como optativa, ou alguns elementos da dança, na disciplina de Ritmo e Movimento, além da Capoeira.

O currículo do curso era composto para atender as rápidas mudanças no mundo do trabalho, o que exigia uma qualificação cada vez maior, para o profissional não ficar doutrinado pelo mercado. Assim, buscou-se uma formação de modo que os profissionais dessem conta das demandas desse mercado, mas, também se pensou na renovação do currículo, de modo que a cultura e a ciência estivessem presentes na formação superior inicial e os alunos partissem para a formação continuada estando aptos ao mundo do trabalho.

A partir dos pressupostos acima, foi estruturada nova reformulação do curso, em 2018² cuja organização curricular busca estabelecer a formação de um licenciado em Educação Física que atenda aos princípios abaixo:

Um Licenciado em Educação Física, para atuar, através da atividade docente, nos diversos espaços de inserção dessa área de conhecimento, e que pudesse no âmbito da sua formação inicial – e também na formação continuada – constituir-se como um educador, com a identidade e o dever

² Na UEFS, tramitou no ano de 2024, uma proposta curricular que ajustou o currículo da Licenciatura em Educação Física para contemplar o previsto na Resolução 06/2018, criando também o curso de Bacharelado em Educação Física.

próprio de um professor-profissional, com requisitos técnicos, pedagógicos e científicos capazes de qualificar a sua intervenção profissional (UEFS, 2018, p. 43).

Em relação ao objeto de estudo da área, o documento mantém a Cultura Corporal de Movimento, definida na proposta curricular anterior aprovada em julho de 2004 (UEFS, 2018), além de consolidar as Práticas Corporais que são expressões dessa cultura corporal como linguagem dotada de historicidade e significado, conforme previsto no PPP atual do curso:

Ao considerar a Cultura Corporal de Movimento como eixo epistemológico do curso, defendeu-se que tal matriz teórica se constitui como totalidade formada pela interação de distintas práticas sociais da atividade humana, tais como a dança, o jogo, a ginástica, as lutas, a capoeira e o esporte, que, por sua vez, ganham forma através das Práticas Corporais. Como práticas sociais, refletem a atividade produtiva humana de buscar respostas às suas necessidades. Compete assim à Educação Física, dar tratamento pedagógico, na escola ou em outros espaços educativos, aos temas da Cultura Corporal de Movimento, reconhecendo-os como dotados de significado e sentido, portanto construídos historicamente, tendo, dessa forma, como objeto de estudo a expressão corporal como linguagem (UEFS, 2018, p. 41).

É importante também identificar e compreender as alterações ocorridas na estruturação dessas Práticas Corporais no curso, a partir da última proposta curricular, sobretudo em relação à forma de organização dessas práticas no currículo, antes não atendendo a todas as Práticas Corporais, e enfatizando as práticas esportivas – mesmo assim, fragmentadas em modalidades isoladas.

No currículo 528 proposto pela Resolução 06/2018, o curso foi organizado em núcleos formativos, e as Práticas Corporais em análise neste texto estão contidas no eixo formativo de Fundamentos e Metodologias, que é parte constitutiva do Núcleo Formativo dos Estudos de Formação Geral. Nesse eixo estão previstos os seguintes objetivos: “Os objetivos fundamentais dizem respeito aos aspectos metodológicos de ensino em relação às diferentes teorias educacionais e diferentes abordagens pedagógicas da Educação Física, e ao entendimento das Práticas Corporais como conhecimento e não como mera atividade prática” (UEFS, 2018, p. 66).

Os componentes curriculares obrigatórios previstos para este eixo formativo são: História da Educação Física, Esporte e Lazer; Introdução aos Estudos do Lazer e Saúde para Educação; Metodologia da Ginástica; Metodologia da Capoeira; Metodologia do Esporte I; Metodologia do Esporte II; Metodologia das Atividades

Aquáticas; Metodologia do Jogo; Metodologia da Dança; Metodologia das Lutas; e Metodologia da Educação Física e do Esporte Adaptado. Destaca-se como mais um ponto positivo o fato de as práticas corporais das Lutas constarem como obrigatórias nesse currículo, já que uma das principais queixas dos estudantes do currículo anterior era que o componente fosse optativo em sua formação.

Dos componentes curriculares do eixo formativo de Fundamentos e Metodologias, nesta pesquisa, optamos por investigar aqueles que se referem diretamente às práticas corporais que são objeto de estudo da Cultura Corporal de Movimento – considerando que é o objeto definido na proposta curricular atual –, como também são deles que os estudantes, normalmente, reconhecem os principais comprometimentos em sua formação na educação básica.

Para permitir a análise sobre os subsídios que estes componentes curriculares podem dar aos futuros professores de Educação Física do curso e dialogar com as informações obtidas na coleta de dados da pesquisa, vamos descrever sobre o que define a ementa de cada um deles, sua carga horária e o significado da disciplina para a formação profissional, a partir do quadro a seguir:

Quadro 01: Componentes Curriculares das Práticas Corporais

DISCIPLINAS	EMENTAS	SIGNIFICADO DO COMPONENTE CURRICULAR PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL
Metodologia da Ginástica	História, metodologia de ensino e fundamentos da ginástica. Ginástica geral enquanto eixo articulador pedagógico na escola, modalidades esportivas, possibilidades da prática de ginástica na educação não-formal. Ação extensionista de práticas educativas relacionadas à ginástica.	Compreender a atividade física no seu percurso histórico e na contemporaneidade, reconhecendo as diversas manifestações e modalidades da ginástica e sua utilização para o processo de formação do indivíduo. A influência das nuances histórico-críticas e culturais que evidenciam o surgimento de novas manifestações da ginástica e a sua utilização nos diversos âmbitos, nas dimensões social, política, pedagógica.
Metodologia do Jogo	Conceito e características de Jogo. Estudo do Jogo como prática corporal produzida em diferentes contextos histórico-socioculturais. Análise das relações entre o Jogo, a Educação e Educação Física. Reflexões sobre as possibilidades de contribuição do Jogo ao processo de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos. Análise de propostas	Proporcionar aos acadêmicos o acesso ao conhecimento sobre um dos conteúdos da Cultura Corporal historicamente produzido pela sociedade, o Jogo, um dos temas objeto de estudo e ensino da Educação Física, o qual confere identidade ao profissional desta área, devendo saber tratá-lo pedagogicamente nos diferentes espaços educativos onde atua.

	de organização e sistematização do Jogo para as diferentes etapas da Educação Básica. Orientação sobre planejamento de Jogo para as diferentes etapas da Educação Básica. Ação extensionista de práticas educativas relacionadas ao jogo.	
Metodologia do Esporte I	Estudo do esporte como prática corporal e expressão de cultura em suas diferentes dimensões. Discussão sobre sistemas de classificação dos esportes. Aspectos histórico-culturais, pedagógicos, táticos e técnicos de modalidades esportivas coletivas de invasão. Abordagens metodológicas de ensino dos esportes de invasão. Ação extensionista de práticas educativas relacionadas ao esporte.	Discute-se nesse componente curricular, o esporte como prática corporal e fenômeno sociocultural, inserido no currículo de formação e na prática profissional do professor Educação Física. Pretende-se contribuir com a formação de profissionais, capazes de mobilizar o esporte em sua prática docente, numa perspectiva mais crítica e transformadora, considerando as questões atinentes ao campo da cultura, do desempenho esportivo, do lazer e da saúde.
Metodologia do Esporte II	Estudo sobre as principais transformações históricas do esporte e suas problemáticas significativas. Aspectos histórico-culturais, pedagógicos, táticos e técnicos das modalidades esportivas de marca/precisão e de rede/parede divisória. Abordagens metodológicas de ensino dos esportes de marca/precisão e de rede/parede divisória. Ação extensionista de práticas educativas relacionadas ao esporte.	Compreender o esporte em uma perspectiva interdisciplinar e ainda refletir sobre o que é ensinar; o que é aprender; o que é conhecimento; e, no caso específico da Educação Física e do Esporte, qual é o seu papel na educação escolar e não escolar, especialmente no que se refere à tematização das manifestações esportivas no âmbito da cultura lúdica.
Metodologia da Luta	A luta enquanto produção humana acumulada historicamente que constitui na contemporaneidade o conjunto de elementos da cultura corporal. História, conceito, modalidades contemporâneas e métodos de ensino. A luta na contemporaneidade e as inter-relações com o contexto: luta e violência, luta e educação/educação física e luta e esporte.	Julgando que a Educação Física trata pedagogicamente dos conteúdos da cultura corporal e suas interfaces com a saúde, educação, lazer etc., e julgando que a luta corporal é uma expressão desse "recorte" cultural, esse componente curricular contribui para uma formação profissional mais próxima da totalidade necessária ao professor e à professora de EF.
Metodologia da Dança	Dança: abordagem histórica e contextualização cultural. Expressão corporal: ritmo e movimento. Elementos rítmicos. O movimento como linguagem corporal. Danças: elementos pedagógicos. Danças populares tradicionais da Bahia e região. Dança e cultura corporal. Problemáticas significativas. Ação extensionista de práticas educativas relacionadas à dança.	A dança é uma linguagem artística não verbal e tem características próprias. O enunciado através da Educação Física se dá por uma aproximação com a área, possibilitando o reconhecimento dessa arte aliada aos outros componentes da Educação Física para a consciência do Ser no mundo, contribuindo de forma inenarrável para a formação dos futuros professores. Por desenvolver sensações, percepções e emoções, a dança transcende à simples reprodução

		mediática e etérea de movimentos. Consiste em reafirmar sua importância como arte no processo de formação humana.
--	--	---

Fonte: Elaboração própria, com base no PPP (UEFS, 2018) e nos planos de ensino dos componentes curriculares.

Além dos componentes curriculares obrigatórios mencionados acima, no eixo de áreas específicas e interdisciplinar, que consta do Núcleo Formativo dos Estudos de Formação Geral, são ofertados componentes optativos que complementam a formação. Dentre eles, destacamos alguns que podem significar o aprofundamento das Práticas Corporais obrigatórias e oferecer a oportunidade de retomada de alguns saberes práticos negligenciados nas aulas de Educação física Escolar aos estudantes do curso de licenciatura em Educação Física da UEFS. São eles: Futebol; Vivências Corporais e Ritmos; Voleibol; Handebol; Basquetebol; Futsal; Atletismo; Metodologia do Ensino do Esporte Paralímpico; e Danças Circulares.

6 O OLHAR DOS DOCENTES E DISCENTES DO CURSO SOBRE OS SUBSÍDIOS QUE A ÁREA DAS PRÁTICAS CORPORAIS OFERECE AOS FUTUROS PROFESSORES EM SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Em relação aos questionários aplicados aos estudantes e professores que participaram da pesquisa, algumas perguntas eram semelhantes para possibilitar dois olhares distintos sobre o mesmo tema, e outras diferentes, para garantir a especificidade do olhar a partir da função que exercem no processo formativo. Assim, para a apresentação dos dados obtidos, agrupamos as respostas de forma que possamos realizar análises e interpretações dialogadas entre os dois grupos, e separamos as respostas quando elas se referiam aos olhares das distintas funções exercidas, recorrendo ora a figuras que sintetizam os dados, ora a relatos dos participantes, para ressaltar percepções subjetivas que não são adequadamente compreendidas quando expressas em figuras, quadros ou tabelas.

As perguntas distintas para o grupo de estudantes versaram sobre: a quais Práticas Corporais você teve acesso em suas aulas de educação física na educação básica? Você acha que faltaram Práticas Corporais a serem ensinadas em suas aulas

de educação física na educação básica e isso pode ter comprometido sua formação como futuro professor?

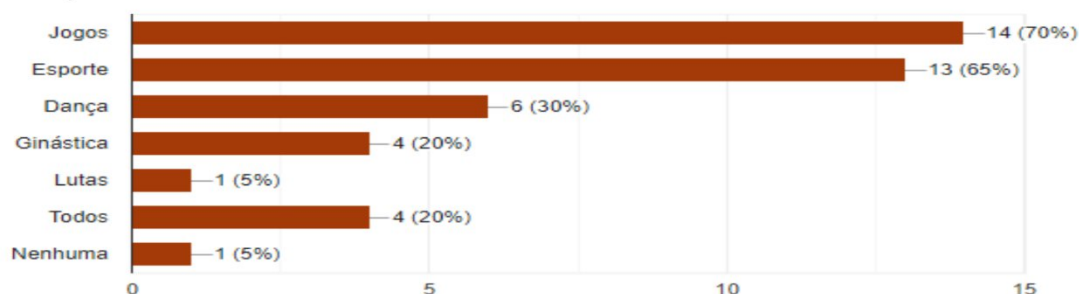
A pergunta distinta para o grupo de professores participantes da pesquisa versou sobre: como o(a) Sr(a) vê a relação entre os saberes profissionais, curriculares, disciplinares e experimentais na formação de professores de educação física para a educação básica?

As perguntas semelhantes versaram sobre: a forma de organização curricular das disciplinas da área de Práticas Corporais subsidia adequadamente a prática pedagógica dos futuros professores na educação física da educação básica? Quais as contribuições dos componentes dessa área de conhecimento do curso para a prática pedagógica dos futuros professores na educação física da educação básica? Quais saberes os futuros professores de educação física devem dominar para terem uma prática pedagógica adequada das Práticas Corporais em suas aulas na educação básica?

As informações obtidas pelos estudantes em relação às questões distintas serão apresentadas a seguir. A primeira delas versa sobre as Práticas Corporais a que os estudantes tiveram acesso durante sua formação na educação básica, mais precisamente em suas aulas de educação física, como revela a Figura 01:

Figura 01: Práticas Corporais a que tiveram acesso

Há alguns anos estudiosos e documentos que discutem propostas curriculares para a EF escolar consolidaram a ideia que o jogo, o esporte, a dança, a ginástica e a luta são expressões de manifestações corporais culturais que representam o seu objeto de estudo e ensino. Quais destas manifestações você teve acesso como estudante da Educação Básica?. Número de respostas: 20 respostas.



Fonte: Questionário Google Forms (2022).

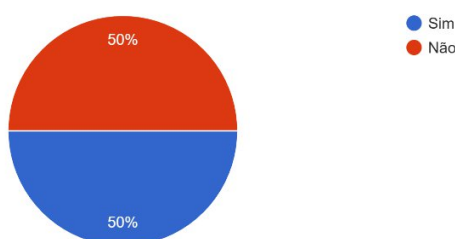
Da figura acima, a primeira questão que destacamos é que as Práticas Corporais mais comprometidas foram a dança, a ginástica e a luta, mas também é

importante ressaltar que outros dados da pesquisa apontam para questões relacionadas não só às Práticas Corporais negligenciadas ou omitidas na formação dos estudantes, mas também aos saberes suprimidos das práticas mais vivenciadas.

A segunda delas versa sobre as Práticas Corporais que os estudantes reconheciam ter faltado em suas aulas de educação física na educação básica e que podem ter comprometido sua formação como futuros professores. A Figura 02 revela em percentuais o seguinte cenário:

Figura 02: Práticas corporais a que não tiveram acesso

Em sua opinião, você deixou de aprender sobre essas manifestações corporais culturais na escola de educação básica, de modo, que possa comprom...atuação como futuro professor de EF na escola?
20 respostas



Fonte: Questionário Google Forms (2022).

Já sobre a pergunta distinta feita aos professores, sobre qual a relação entre os saberes profissionais, curriculares, disciplinares e experimentais na formação de professores de educação física para a educação básica, dois dos docentes nos revelaram:

São todos importantes e determinantes para a formação da concepção de mundo do professor. A articulação desses saberes orientará a sua prática pedagógica, quer seja no processo ensino-aprendizagem das Práticas Corporais ou de outros possíveis conteúdos da educação física (Docente 1).

Acho extremamente rica em conhecimentos e contribuem para a formação de qualidade do profissional (Docente 2).

Existem muitos outros fatores além desses que devem ser levados em consideração, como aspectos sociais, políticos, filosóficos e econômicos. A docência exige um olhar sensível que enxergue a prática como uma complementaridade de igual importância ao discurso (Docente 3).

Deste último relato, destacamos a ressalva significativa que faz o docente em relação a esse conjunto de saberes, ressaltando outros saberes que devem ser levados em conta na prática docente.

Já em relação às perguntas semelhantes, a primeira tratou de investigar sobre se a forma de organização curricular das disciplinas da área de Práticas Corporais subsidia adequadamente a prática pedagógica dos futuros professores na educação física da educação básica.

Para uma melhor compreensão sobre o que estávamos nos referindo quando perguntamos se essa organização subsidiava adequadamente a prática pedagógica dos futuros professores na educação física da educação básica, oferecemos quatro opções de resposta: **cumpre com a proposta**, que significava que a organização supria as necessidades de formação do professor; **não dá conta da formação**, que significava que a organização curricular não oferecia subsídios adequados para a prática pedagógica dos futuros professores; **deveria mudar**, que significava que seria preciso alterar a organização curricular; e **tornar obrigatório algumas disciplinas**, inclusive a de Lutas, que indicava o tipo de mudança esperada na organização curricular. No último caso, constata-se que os dados obtidos revelam uma preocupação recorrente dos estudantes do currículo anterior, em que a disciplina de Metodologia da Luta ainda não era obrigatória, o que se constituía em um comprometimento da formação (Figura 03).

Figura 03: Organização das Práticas Curriculares



Fonte: Elaboração própria (2022).

Em relação às respostas que atestavam que a organização curricular da área não dava conta da formação, essas estavam relacionadas à carga horária, que foi considerada baixa para trabalhar os conteúdos propostos, e ao pouco trato sobre alguns assuntos, como discussão de gênero, classe e raça. Nas respostas que indicavam que a organização deveria mudar, parte delas sugeria que as mudanças fossem em relação à inclusão de mais conhecimentos técnicos das disciplinas e que houvesse mais vivências das Práticas Corporais, tanto nas aulas quanto em projetos de extensão e ensino, como revelam os relatos abaixo:

Na minha opinião está bom, mas poderia melhorar e colocar mais obrigatório o esporte mais específico, não o geral como nós temos, por exemplo, esporte 1 e 2, pois a gente vê muito superficialmente determinado esporte e nem sempre temos a oportunidade de pegar a optativa (Discente 2).

Poderia ampliar as vivências nessa área para além das aulas (Discente 5).

Deveria ter maior carga horária para essas disciplinas (Discente 6).

Boa, mas pode ampliar até com cursos extras, como o EPEEF (Discente 12).

Constata-se, portanto, a partir da figura e dos relatos, duas questões interessantes que parecem se complementar: os dados da figura sugerem que a maioria dos estudantes considera que a organização curricular da área de Práticas Corporais não subsidia adequadamente sua prática pedagógica como futuros professores da escola básica, já que apenas 19,2% se sentem contemplados com essa organização; porém, os relatos parecem indicar que a organização está a contento, precisando apenas de ajustes em relação à necessidade de obrigatoriedade e especificidade para alguns componentes curriculares, aumento de sua carga horária e complementação de vivências e conhecimentos em outros espaços educativos além das aulas.

Já os professores participantes da pesquisa entendem que a organização curricular da área subsidia a contento a prática pedagógica dos futuros professores de educação física na educação básica, mesmo considerando alguns aspectos limitadores, como nos revelam os relatos a seguir:

Concordo que as Práticas Corporais como o jogo, esporte, dança, ginástica e luta são saberes da cultura corporal que devem ser tratados de forma

pedagógica no ambiente escolar. Apesar de reconhecer a dificuldade na organização de uma estrutura curricular num curso de formação de professores de educação física que contemple todos os saberes relacionados às Práticas Corporais, em função da difícil equação em relação à quantidade de conteúdo com o tempo disponível (carga horária) e duração total para integralização do curso, creio que a estrutura adotada no nosso curso atende razoavelmente bem o processo formativo na graduação, permitindo aproximação com os conteúdos básicos e oportunidades de experimentar/vivenciar possibilidades metodológicas de ensino desses conteúdos. A formação de professores deve ser continuada. A graduação é, talvez, a etapa inicial (Docente 1).

Entendo que a estrutura curricular da Área de Práticas Corporais contempla os conhecimentos necessários. Mas, isso baseado na disposição das disciplinas ao longo do processo de formação dos futuros e futuras professoras de Educação Física da UEFS. As Metodologias possibilitam essa aproximação (Docente 4).

Ressaltamos o relato docente em relação a ser a graduação a etapa inicial de formação e a compreensão sobre a necessidade de dar continuidade à formação, pois, como dito pelo docente, não há tempo disponível para contemplar todos os conteúdos relacionados às Práticas Corporais, como também para dar conta das diferentes realidades que os estudantes vão encontrar nas escolas de educação básica. Portanto, precisando recorrer à continuidade dos estudos para superar os diversos desafios da docência no cenário educacional brasileiro e nordestino, em especial.

De qualquer forma, é importante reconhecer que as queixas dos estudantes em relação às limitações do conhecimento técnico e de mais vivências das Práticas Corporais em sua experiência formativa na educação básica podem impactar sua futura prática docente. Atenta a isso, a Área de Práticas Corporais não só oferece os componentes optativos já citados no texto, como proporciona espaços formativos nos quais os estudantes podem vivenciar mais Práticas Corporais. Com isso, não só ampliam seus conhecimentos técnicos, como os fundamentam em bases teóricas que subsidiam a prática docente. É o caso do Seminário de Práticas Corporais³, evento realizado a cada dois anos pela área, que conta com palestras, minicursos e mesas de discussão sobre temas relacionados às Práticas Corporais na escola, assim como

³ No momento, há na Área de Práticas Corporais uma proposta de incorporação deste Seminário ao Projeto de Extensão da área, o Festival de Práticas Corporais, que terá ações semestrais e anuais, contando com a participação de todos os componentes curriculares da área, em atividades extensionistas conjuntas ou isoladas, envolvendo a comunidade interna da UEFS e a externa, sobretudo as escolas da rede municipal e estadual de Feira de Santana e região.

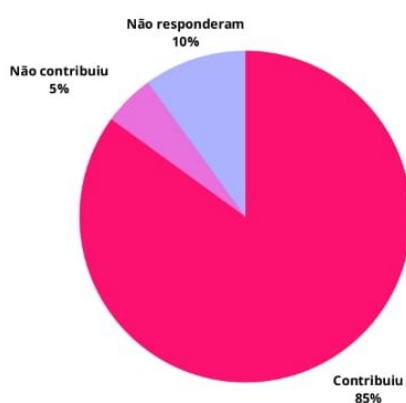
espaços em que os estudantes podem ser condutores, monitores ou participantes de oficinas e minicursos de diversas práticas.

A seguir, analisamos os dados obtidos de duas perguntas que, em certa medida, se entrecruzam, pois tratam de dois aspectos que se relacionam, ou seja: a percepção de estudantes e professores sobre a contribuição das disciplinas da área de Prática Corporais à prática pedagógica dos futuros professores na educação básica, e a percepção deles sobre os saberes que esses professores devem dominar para que a prática pedagógica das Práticas Corporais seja adequada. Mais uma vez, optamos por mesclar dados representados em figuras e em relatos dos participantes da pesquisa.

Contrastando com as respostas expressas na figura anterior, em que a maioria dos estudantes considerou que a organização curricular da área de Práticas Corporais não subsidia adequadamente sua prática pedagógica como futuros professores da escola básica, a Figura 4 abaixo indica que a maioria considera que as disciplinas da área de Práticas Corporais contribuem para sua futura prática pedagógica nas aulas de educação física na educação básica.

Figura 04: Contribuições da Área de Práticas Corporais

RELATOS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DAS DISCIPLINAS CURSADAS PARA SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA



Fonte: Elaboração própria (2022).

Os relatos a seguir dos estudantes nos ajudam a compreender, em parte, este contraste, pois reconhecem outros saberes necessários à prática docente, que não

apenas os experienciais, como os profissionais, os curriculares e os disciplinares (Tardif, 2012). Dizem os sujeitos:

Me forneceram base e sistematização para a aplicação dos conteúdos em sala de aula (Discente 4).

Foram muito importantes para a formação, ter o primeiro contato com a metodologia de ensino dessas práticas nos ajuda a desenvolver nosso trabalho posteriormente com mais eficiência (Discente 5).

As disciplinas de Práticas Corporais além de nos dar o subsídio teórico para o ensino da educação física, nos ajudam com a aproximação do campo prático da profissão (Discente 7).

Contribuíram para aumentar meu conhecimento, e me fazer ver com outras perspectivas (Discente 9).

Elas contribuem para a ampliação do meu entendimento sobre o objeto de estudo da Educação Física, cultura corporal. São conteúdos obrigatórios no ensino da EF escolar, por isso são tão essenciais para o currículo do curso, pois a partir das vivências posso problematizar suas possibilidades e benefícios para a formação dos estudantes (Discente 11).

Outros relatos reforçam o reconhecimento dos saberes propiciados pelos componentes da área de Práticas Corporais que podem subsidiar a prática pedagógica dos futuros professores na educação básica, tratando de conhecimentos específicos das diferentes Práticas Corporais, como também de conhecimentos gerais à docência, como o planejamento e questões metodológicas.

Já fui convidada a ministrar uma aula de handebol e já fiz algumas intervenções, no qual foram extremamente necessárias as disciplinas de Práticas Corporais (Discente 3).

Nos planejamentos de aula, possibilitou sequenciar a ordem das aulas para eficiente construção e aplicação de saberes sobre a prática corporal (Discente 4).

É mais fácil montar um plano de aula que abrange o conteúdo como um todo, partindo das partes que foram trabalhadas no âmbito acadêmico. Essas disciplinas contribuíram para a construção de uma metodologia que envolvesse e estimulasse o aluno a participar das aulas (Discente 7).

Durante a atuação no PIBID e em estágios curriculares utilizei alguns conteúdos aprendidos nas disciplinas das Práticas Corporais tais como dança, ginástica, jogos, esportes e lutas nas aulas de EF. Mostrando aos estudantes os diversos conteúdos da EF que muitas vezes são negados a eles como aconteceu com várias pessoas. E em geral, os estudantes sempre deram feedbacks positivos sobre as propostas levadas nas aulas (Discente 11).

Já em relação aos relatos dos professores pesquisados, não há contraste com as respostas anteriores sobre os subsídios que a organização das disciplinas da área de Práticas Corporais oferece à prática pedagógica dos futuros professores, como se constata a seguir:

As disciplinas da área tratam das metodologias de ensino dos conhecimentos práticos que identificam a Educação Física, a saber: ginástica, dança, esporte, jogo e lutas. Portanto, elas contribuem de forma direta com o pensar e fazer pedagógico do professor de educação física na escola (Docente 1).

Contribuem para a compreensão das Práticas Corporais como fenômeno construídos culturalmente por grupos sociais. Trabalhando todos os conteúdos na perspectiva cultural, com caráter lúdico. Assim os futuros profissionais podem atuar de maneira consciente, crítica e promovendo um currículo democrático, sensível à realidade dos alunos e justo (Docente 2).

Inicialmente pontuo que além de ‘contribuir para a formação de professores [e professoras] para atuar na escola de educação básica...’. a formação em licenciatura, como penso, contribui para as intervenções nos espaços não escolares, afinal a natureza e especificidade de nossa formação/atuação é a docência. Isso independente de espaço de atuação. Não me limito às normatizações. Se penso que o/a professor/a tem entre suas funções a de identificar nas produções humanas aquelas que devem ser socializadas para as gerações futuras, as disciplinas da Área de Práticas Corporais contribuem na identificação dos conteúdos disso que convencionamos (projeto do curso) chamar de cultura corporal de movimento. E identificar as melhores formas de socializar esses conteúdos (Docente 4).

Os dados revelados nas respostas às questões anteriores, principalmente em relação aos contrastes entre as respostas dos estudantes sobre os subsídios da organização das disciplinas da área à prática pedagógica na escola e a contribuição dessas disciplinas a essa prática podem ajudar a entender os dados analisados a seguir. Esses dados expressam a percepção dos estudantes sobre sua aptidão para lecionar as Práticas Corporais na educação básica e sobre o comprometimento que a omissão ou a insuficiência de apropriação de saberes relativos a essas práticas podem impactar sua formação inicial como professor de educação física escolar.

A maioria (70%) dos estudantes pesquisados atestou que se sentia apta a ensinar os conteúdos das Práticas Corporais na educação física da educação básica, e apenas 30% deles indicaram não se sentirem aptos para essa tarefa. Outro dado obtido na pesquisa pode ajudar a compreender a opinião dos 30% que não se sentem aptos a ensinar. Quando perguntado sobre o número de estudantes que consideram que não terem aprendido as Práticas Corporais em suas aulas na educação física da

educação básica e se isso pode comprometer sua prática pedagógica como futuro professor nesse ciclo escolar, 50% afirmaram que sim e 50% disseram que não.

Os relatos a seguir ajudam a compreender quais aspectos estão relacionados ao comprometimento indicado no parágrafo anterior, destacando-se os concernentes ao tempo adequado para determinadas aprendizagens, na visão dos estudantes, e às lacunas que ficaram desse período formativo, inclusive a dificuldade de identificá-las por não conseguirem reconhecer o que foi aprendido.

Quando somos crianças, tudo é mais fácil de aprender e memorizar, inclusive os esportes (Discente 1).

A falta dessas manifestações deixa, tira o direito do estudante, fazendo com que fiquemos sem a base inicial (Discente 3).

Eram dialogados essencialmente sobre os aspectos técnicos, a compreensão que eu possuía sobre essas práticas era sobre o saber fazer. Por isso não possuía entendimento reflexivo da sua importância no meio social e quais contradições essas práticas apresentavam (Discente 3).

Durante a educação básica, muitas lacunas foram deixadas durante o ano. Acredito que os professores que atuaram na disciplina de educação física não se sentiam seguros para passar os conteúdos essenciais da Educação Física para nós, eles apenas passavam de forma superficial sobre alguns jogos e não faziam a prática dos mesmos. E sobre o esporte, utilizava mais o futebol para dar aula, uma vez e outra usou o vôlei. Porém, os conteúdos da dança, ginástica e lutas foram negados (Discente 3).

Nem me lembro de minhas aulas de educação física. Só sei que as notas estão no meu certificado, mas como adquiri não sei. Tive dificuldade em responder sobre cada coisa da prática corporal, na escola era ensinado o básico do básico (Discente 3).

Os relatos acima e outros anteriores reforçam a ideia de que é preciso continuar a refletir sobre os ajustes que ainda devem ser feitos na organização das disciplinas da área de Práticas Corporais para poder possibilitar a qualificação de sua contribuição às práticas pedagógicas dos futuros professores de educação física na educação básica. Mas, levando em conta que elas não são um eixo formativo isolado, devendo se articular com outros espaços formativos do currículo nos quais os estudantes podem retomar saberes negligenciados, ampliar e aprofundar saberes tratados nas disciplinas e colocá-los em prática em situações reais da escola básica, sob a supervisão de professores já formados, como é o caso dos estágios, do PIBID e do PRP. Os relatos abaixo ressaltam essa análise.

Trabalhei no RP com jogos, esportes como handebol e futebol. A técnica que aprendi para lecionar com certeza contribuiu de forma positiva para que os alunos tivessem um bom aprendizado (Discente 1).

Contribuiu na base teórica, pois utilizei algumas atividades já vivenciadas durante o curso e obtive mais facilidade em fundamentar as atividades, pois já conhecia autores referentes (Discente 6).

Elas ampliaram meu entendimento sobre a cultura corporal e dialogar sobre as práticas para além da perspectiva tecnicista do saber fazer e executar (Discente 8).

Já utilizei o basquete, handebol e circuitos no projeto do PRP, disciplina esporte (Discente 9).

7 CONCLUSÃO

Como vimos, para dar conta do objetivo deste artigo, buscamos descrever a estrutura curricular dos componentes da área de Práticas Corporais, analisando suas ementas e significados atribuídos pelos professores à formação do futuro professor de educação física para a educação básica. E traçamos um paralelo entre essa estrutura e a percepção de discentes e docentes sobre os subsídios proporcionados à prática pedagógica dos egressos ao assumirem o papel de professores na escola básica.

Vimos que, em relação à estrutura curricular das disciplinas da área, a partir do que está previsto nos planos de ensino, pode-se considerar que tais componentes curriculares garantem não só a apropriação dos aspectos técnicos das Práticas Corporais reivindicados pelos estudantes, como também o domínio de aspectos importantes para a prática pedagógica dos futuros professores de educação física. Dentre eles, o reconhecimento dos elementos sócio-históricos e culturais atrelados à produção de cada prática corporal em diferentes tempos históricos, a constatação da especificidade do espaço educativo escolar, da educação física nesse espaço e do trato pedagógico das Práticas Corporais nesse ambiente.

Porém, também constatamos que, apesar de os planos de ensino contemplarem aspectos formativos importantes para subsidiar a prática pedagógica dos futuros professores de educação física na escola básica, as experiências formativas deles quando estudantes daquele ciclo de escolarização e algumas restrições consideradas por eles em sua formação nas disciplinas da área de Práticas

Corporais têm representado a percepção de que parte deles não está apta a ensinar tais práticas na escola.

Na análise dos dados, sustentamos que os saberes experienciais subtraídos dos estudantes na formação da educação básica podem ser retomados em optativas ou em experiências formativas em atividades de extensão, sejam nas próprias disciplinas ou núcleos de extensão do curso/instituição, ou em atividades de ensino, como estágios curriculares, PIBID e PRP. Entretanto, é preciso reconhecer que, à exceção dos estágios obrigatórios, os demais espaços formativos não são obrigatórios e nem todas as optativas vão abordar conhecimentos e saberes da Cultura Corporal de Movimento.

Destacamos que a definição institucional de incluir a extensão nos currículos dos cursos e a decisão do curso de licenciatura em Educação Física em incorporar a carga horária extensionista às disciplinas das áreas de Práticas Corporais e Práticas Curriculares pode representar a contemplação da reivindicação dos estudantes por mais espaços formativos obrigatórios, onde haja mais vivências práticas, requisitando não só saberes experienciais, mas também outros saberes, como os profissionais, os curriculares e os disciplinares. Assim, poderão subsidiar a prática pedagógica dos futuros professores, para que não seja mais marcada pela omissão, negação ou oferecimento parcial de Práticas Corporais aos seus alunos, nem por práticas sem significado cultural, sem ancoragem social, sem o reconhecimento dos diferentes grupos sociais que as produzem, ou seja, sem uma reflexão crítica constante destas Práticas Corporais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Superior (CES). Resolução n. 06/2018. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física**. Brasília - DF, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução CNE/CP n. 01/2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília - DF, 2002a.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução CNE/CP n.02/2002. **Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação básica em nível superior.** Brasília - DF, 2002b.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Superior (CES). Resolução n. 07/2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena.** Brasília - DF, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Conselho Federal de Educação (CFE). Resolução N.03/1987. **Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura).** Brasília - DF, 1987.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução CNE/CP n. 02/2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Brasília - DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde (CNS). Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Resolução CNS n. 510/2016. **Procedimentos Metodológicos Característicos das Áreas de ciências Humanas e Sociais.** Brasília, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na Escola: questões e reflexões.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

ESPÍRITO SANTO, Fernando Reis do *et al.* **Educação Física: currículo e inclusão.** Salvador: EDUFBA, 2012.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno de Saúde Pública**, v.24, n. 1, p. 17-27, jan, 2008.
GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. 6ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

LAZZAROTTI FILHO, Ari *et al.* O termo Práticas Corporais na literatura científica brasileira e sua repercussão no campo da Educação Física. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 16, n. 1, p. 11-29, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2012.

UEFS. Universidade Estadual de Feira De Santana. Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Física. **Projeto Político Pedagógico do curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física (PPP)**. Feira de Santana - BA, 2018. Disponível em: <http://www.educacaofisica.uefs.br>. Acesso em: 01. out. 2020.

VAGO, Tarcísio Mauro. Pensar a educação física na escola: para uma formação cultural da infância e da juventude. **Cadernos de Formação RBCE**, p. 25-42, set. 2009.